

## AS DUAS SOMBRAS DO RIO: A CISÃO COMO HERANÇA

## AS DUAS SOMBRAS DO RIO: SCISSION AS INHERITANCE

Roberta Guimarães Franco

UFF

### RESUMO:

O primeiro romance do historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho, *As duas sombras do rio* (2003), evidencia, através dos contatos fronteiriços do país, uma série de heranças deixadas pelo colonialismo português. Embora o romance trate do momento pós-independência e da conseqüente guerra civil, Borges Coelho chama a atenção para uma longa construção histórica que contribuiu para os conflitos vivenciados após a expulsão do colonizador. Pretendemos, ao relacionar *fictum* e *factum*, ressaltar a herança do período colonial, bem como as dificuldades enfrentadas pela FRELIMO ao assumir o governo de Moçambique independente.

**PALAVRAS-CHAVE:** fronteiras; deslocamentos; distopia.

### ABSTRACT:

*The first novel written by the Mozambican historian João Paulo Borges Coelho, As duas sombras do rio (2003), highlights through the borderline contacts of his country a number of inheritances left by Portuguese colonialism. Although the novel deals with the country's post-independence era and its subsequent civil war, Borges Coelho calls our attention to the historical construction that contributed to the conflicts that took place after the colonizer was expelled. Connecting fictum and factum, we aim at emphasizing the inheritance of the colonial period and the difficulties faced by FRELIMO when, after the independence, it rose to power.*

**KEYWORDS:** borders; displacements; dystopia.

Temos que construir a nação talvez não no sentido a que nos referíamos no passado mas naquilo que ela é na realidade. Uma nação tem elementos de unidade, isso é importante, mas não se deve subestimar os seus elementos de diversidade, que também têm a sua importância.

(João Paulo Borges Coelho)

Já na fala escolhida como epígrafe, é possível perceber o olhar de João Paulo Borges Coelho sobre a realidade múltipla de seu país, multiplicidade que será transposta tanto para suas investigações de historiador, como para a sua escrita literária. Apesar da reconhecida importância de um projeto de nação baseado na unidade, para que fosse possível atingir a independência, também se deve reconhecer que um dos grandes problemas das colônias, após a sua transformação em Estado, foi a insistência nesse

---

modelo, muitas vezes não respeitando a diversidade etnocultural que compunha o território.

João Paulo Borges Coelho nasceu em Portugal, mas, apesar disso, escolheu a ex-colônia do Índico como seu lugar de origem

Sou moçambicano, apesar de ter nascido cá. Nasci no Porto, em 1955, mas as minhas origens maternas são daqui. [...] metade de mim é moçambicana e a outra metade, por via paterna, portuguesa. O mais importante é que eu optei por ser moçambicano.

(BORGES COELHO, 2006, s.p.)

Portanto, sustentando-se em sua herança materna, o escritor não só escolheu a sua nacionalidade, como também o seu material de trabalho, duplo trabalho: pesquisa científica e criação literária. Logo, são as transformações vivenciadas em seu país, principalmente no período pós-independência, que ganham destaque no seu olhar perspicaz e atravessam a fronteira entre a ciência e a arte. Ele reitera: “É através de Moçambique que eu vejo o mundo” (BORGES COELHO, 2006a, s. p.).

Não é por acaso que as escolhas temáticas para suas obras literárias se liguem não apenas aos acontecimentos históricos centrais, mas, ao contrário, dêem particular atenção aos microacontecimentos, numa tentativa de atingir uma reflexão sobre a realidade moçambicana de forma mais abrangente possível. Está evidente, nos romances e livros de contos, que Borges Coelho se utiliza da escrita para promover também a integração regional da qual fala.

*As duas sombras do rio* já apresenta este projeto de integração, mesmo antes do início de seu texto, quando nos deparamos com o mapa apresentado logo ao abrirmos o livro.

O que, em um primeiro momento, pode parecer somente uma localização para as ações que se seguirão transforma-se em um guia imprescindível, para que o leitor acompanhe as movimentações das personagens, não só no espaço moçambicano, mas também nas áreas fronteiriças, Zâmbia e Zimbábue. Do espaço interno, destaca-se a Região do

---

Zumbo, acima do Zambeze, rio que marca a divisão entre o norte e o sul do país. Sobre a região, o autor afirma que decidiu “[...] fazer um pouco de barulho à volta do Zumbo tal como se podia fazer por muitos outros lugares deste país nas mesmas condições” (BORGES COELHO, 2006, s.p.). Portanto, foi das pesquisas historiográficas nesta região, que Borges Coelho retirou o material para a escrita do seu primeiro romance: “Como eram tantas as histórias que me contavam, eu à noite tomava apontamentos de algumas coisas e subitamente comecei a escrever contos dispersos e subitamente comecei a ligar os episódios e acabou num romance.” (*ibidem*)

No entanto, não são apenas as fronteiras geográficas que marcam o romance inaugural do escritor moçambicano. A fronteira entre o passado colonial e o presente pós-independência, rasurado pela guerra civil, norteia a narrativa, onde está evidente que o peso da herança deixada pelo colonizador ainda influencia o destino coletivo da nação, bem como os destinos individuais, representados pelas personagens e o trânsito contínuo. Nesse sentido, *As duas sombras do rio* recupera as reflexões de Frantz Fanon acerca da descolonização que, embora pareça estar concluída quando a independência é reconhecida, se traduz em um longo processo, no qual independência não significa necessariamente liberdade.

A independência certamente trouxe aos homens colonizados a reparação moral e consagrou a sua dignidade. Mas eles ainda não tiveram tempo de elaborar uma sociedade, de construir e afirmar valores. A lareira incandescente onde o cidadão e o homem se desenvolvem e enriquecem em domínios cada vez mais amplos ainda não existe. Colocados numa espécie de indeterminação, esses homens se persuadem com bastante facilidade de que tudo vai ser decidido noutra parte, para todo o mundo, ao mesmo tempo. Quanto aos dirigentes, em face desta conjuntura, hesitam e escolhem o neutralismo.

(FANON, 1968, p.63)

Fanon declara abertamente, com isso, o despreparo dos novos líderes diante das independências de seus países. Com a expulsão do antigo colonizador, o povo colonizado recupera o seu lugar de sujeito na história, mas

---

apenas de forma temporária, porque, apesar de livre do poder do colonial português, no caso, não se consegue libertar completamente de outras formas de dominação. O fato é que muitos países do centro foram beneficiados com as independências, muito mais do que as próprias ex-colônias.

Esse contexto se deve, parcialmente, à herança colonial deixada pelos portugueses. Diante do baixo desenvolvimento e da constante exploração do sistema colonial, em que era possível encontrar africanos em regime de trabalho escravo em pleno século XX, uma parcela muito pequena dos colonizados conseguiu alcançar algum *status* social referente à educação. Apenas uns poucos, que puderam sair do país, conseguiram estudar. Os que permaneciam nas colônias eram instruídos apenas para servir ao colonizador e, não, para auxiliar na evolução do espaço colonial. Portanto, uma das heranças deixadas por Portugal foi o baixo, ou quase nulo, nível de escolaridade entre os colonizados, o que afeta diretamente a construção das novas nações, já que há falta mão-de-obra qualificada e alguns setores, como o industrial, são inexistentes.

Nesse sentido, a herança portuguesa é muito mais profunda do que a deixada por outros impérios coloniais, pois a sua incapacidade de governabilidade, evidente na própria metrópole, abriu caminho para que outros países avançassem sobre as ex-colônias. Logo, o processo de descolonização, após o fim da guerra, se deu de forma abrupta. Portugal simplesmente retirou suas tropas, recolheu os seus restos de colonizador, entregou um destino incerto nas mãos dos seus ex-subjugados e deixou as novas Nações em uma situação de vulnerabilidade, diante da perigosa combinação entre a dependência de produtos industrializados, por exemplo, e o interesse das grandes potências. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 150), a situação periférica de Portugal, em um contexto global, fez com que suas ex-colônias ficassem entregues a condições neocolonialistas vindas de todas as direções.

Assim, as fronteiras físicas escolhidas por Borges Coelho como cenário para o romance indicam também como a descolonização, mal conduzida por Portugal, abriu caminho para interesses neocoloniais vindos de outros espaços europeus, bem como africanos, como é o caso da África do Sul, por exemplo. Nesse sentido, quando Borges Coelho elege o norte do país como local das ações, em *As duas sombras do rio*, ele recupera as falhas deixadas pela colonização portuguesa que se fixou majoritariamente ao sul e ao longo do litoral, deixando o norte e o interior a cargo das “Companhias Majestáticas”. Segundo Patrick Chabal (1994, p. 27-28), tal estrutura fez com que a “integração de Moçambique como colónia fosse menos bem sucedida do que nas outras colónias portuguesas”, conseqüentemente, “o Norte e o Sul de Moçambique foram e permaneceram, durante o período colonial, dois «países» diferentes”.

Desse modo é possível perceber que a história do início da guerra de independência, levada à frente pela FRELIMO, vai, estrategicamente, visar, em um primeiro momento, as áreas onde a colonização não tinha uma presença eficaz, logo, onde não haveria também uma forte resistência ou contra-ataque. De acordo com Vitor Alexandre Lourenço:

A luta armada pela independência nacional vai, por fim, ser desencadeada pela FRELIMO, em 25 de Setembro de 1964. Planeada para ter início simultaneamente em várias frentes geográficas de modo a dispersar as forças militares portuguesas e a reduzir a sua capacidade militar de resposta, só em Cabo Delgado foi possível começar a acção armada naquela data. Cedo, porém, ela se vai estender a outras províncias: Niassa, Tete e Zambézia. Com excepção da Zambézia, estas eram as províncias de mais fraca densidade populacional, e aquelas onde a presença económica, política e administrativa portuguesa era menos intensa.

(2010, p. 84)

Este breve recuo ao início da guerra de independência e das movimentações da FRELIMO se faz necessário para compreendermos o mapa dos conflitos em Moçambique e, conseqüentemente, o mapa ficcional que se apresenta na obra de Borges Coelho, de um modo geral, e no romance *As duas sombras do rio*, mais especificamente. É de extrema importância para o

---

leitor a localização desses conflitos; primeiro, o que levou à independência e, depois, o que se seguiu a ela, ambos concentrados espacialmente no norte de Moçambique, espaço de predileção do autor.

É no contexto da guerra civil, iniciada em 1976, quando a RENAMO decide confrontar-se com o governo da FRELIMO, que o romance de João Paulo Borges Coelho está situado. É já em meados da década de 80 que ocorrem os fatos narrados, quando o pescador Leónidas Ntsato é encontrado – “[...] estava vivo, embora parecendo um pouco morto” (p. 14-15) – na pequena ilha de Cacessemo, ao meio do rio Zambeze, entre a margem norte e a margem sul. Este espaço será determinante para a trajetória pessoal de Leónidas, pois, como já foi comentado anteriormente, a questão das fronteiras permaneceu como herança da estrutura colonial portuguesa. Portanto, a situação do pescador, diante de um longo desmaio, será rapidamente analisada sob o viés do conflito interno.

Tal análise é feita pelo Nganga Gomanhundo, quando a família de Ntsato o procura na tentativa de descobrir a causa, e também a cura para a condição do pescador. O Nganga prepara então um ritual, na tentativa de encontrar, através da comunicação com os antepassados, alguma explicação – “Prepara-se então, resignado, para iniciar a sempre difícil e fastidiosa incursão genealógica, pois a experiência diz-lhe que é muitas vezes nos antepassados e nas suas complicadas relações com os vivos que se descobre o fio do enredo” (p. 36). Porém, o Nganga não deixa de comentar, em tom de leve crítica, o fato de a população recorrer primeiro às enfermarias (Leónidas é atendido primeiro pela enfermeira Inês), deixando as curas tradicionais em segundo plano.

A presença do Nganga, e da sua crítica – “É sempre a mesma coisa: as pessoas andam de roda da enfermeira Inês à procura de coisas novas, desprezando a tradição” (p. 28) –, traz uma importante questão, se levarmos em conta que o governo da FRELIMO proibiu, de início, práticas rituais, consideradas superstição; portanto, um atraso para o desenvolvimento da nova nação. Tal proibição também está relacionada com o projeto do “homem novo”

---

que, de acordo com José Luís Cabaço (2009), encontrava a sua maior dificuldade na “‘triagem’ das práticas e valores que deveriam inspirar o perfil identitário cuja dinâmica se pretendia estimular”(p. 305) e tinha como “principal obstáculo [...] a persistência das estruturas tradicionais” (p. 308). Ainda segundo o antropólogo, “A FRELIMO estava consciente do problema, mas o enfrentava com a convicção determinista da dinâmica revolucionária e com uma visão iluminista do poder transformador da ciência e do progresso” (*ibidem*). O rompimento, logo após a independência, com as autoridades tradicionais também era uma tentativa de estirpar ligações com toda e qualquer estrutura que tivesse vínculos com a administração colonial, como era o caso de muitos desses chefes.

Logo, Nganga Gomanhundo representa a continuidade (apesar das enfermarias) do valor das práticas religiosas tradicionais, a despeito das proibições do governo. No entanto, o romance não deixa de estabelecer uma relação entre o Nganga e o passado colonial de Moçambique. “Gomanhundo é quase dali” (p. 30), veio do norte do país para a região do Zumbo, quando ainda se chamava Sixpence e pretendia ser pescador. Sua transformação em Nganga Gomanhundo decorre de um episódio de quase morte, ao ser atacado por um crocodilo, quando “a alma errante” do Frei Pedro da Santíssima Trindade “comprou um corpo onde se alojar pelo preço de o manter inteiro, salvando o pescador” (p. 34). Assim, Gomanhundo carrega consigo a marca de outro tempo, do tempo em que Frei Pedro explorava os moradores daquela região para construir a sua igreja. Por outro lado, o Frei, apesar de causador de males como a exploração e a fome, possuía o dom da cura, herança que passou a Sixpence quando este foi salvo do ataque do crocodilo.

É ao dom da cura que a família de Ntsato recorre e, afinal, Gomanhundo conhece também a proximidade com a morte pela qual passou aquele outro pescador. A fronteira entre a vida e a morte, que caracteriza a condição de Leónidas, será interpretada pelo Nganga como um problema fronteiriço ainda maior, aquele que divide o norte e o sul do país, demarcado

geograficamente pelo rio Zambeze e historicamente pela presença portuguesa. Tal diagnóstico interessa a partir do momento em que o discurso da Frelimo aponta para uma unificação em prol de uma identidade nacional, caminho necessário para a conquista da independência. Porém, tal unidade permanece no campo do discurso, não atingindo a realidade do país, que continua dividido entre o norte e o sul, assim como parece estar a personagem de Leónidas Ntsato.

Diante desse contexto, no qual os espíritos do leão e da cobra confrontam-se em Leónidas, mais uma vez o romance trará a questão do embate entre a administração atual e a sabedoria ancestral, tendo em vista que Leónidas tenta contar as suas visões, ao procurar o administrador da região, Sigaúke, e este, em uma nítida atitude de superioridade mesclada ao medo, se nega a ouvi-lo. A negação de Sigaúke, que também passa por uma postura elitista, é rapidamente explicada pela orientação que deveria ser seguida no pós-independência, ou seja, o combate a práticas rituais: “Na escola de administradores ensinaram-lhe que era preciso acabar com os obscurantistas fazendo valer o materialismo e a lei” (p. 47).

O “m’fiti” – a maldição – proferido por Leónidas é datado no romance, como um ataque à região do Zumbo ocorrido em 16 de outubro de 1985. A maior parte da narrativa de João Paulo Borges Coelho será destinada a descrever os acontecimentos decorrentes desse ataque que, afinal, demonstra a veracidade da fala de Leónidas Ntsato. O pescador, que continua atordoado pelos espíritos em confronto, desaparece diante da tamanha confusão causada pela invasão de uns e pela fuga de outros, reaparecendo vez ou outra entre as histórias dos habitantes da região. Sua condição o faz passar despercebido em meio à guerra e, embora seja constantemente procurado pela família, permanece afastado, tentando lidar com a luta entre os espíritos e compreender suas mensagens.

Paralela à história de Leónidas Ntsato, o romance de Borges Coelho deterá a sua atenção sobre outras vivências da região afetada pelo “m’fiti”.

---

Núcleos familiares, comerciais e administrativos compõem a maior parte da narrativa, evidenciando o destino das personagens que transitam entre Moçambique e suas fronteiras com a Zâmbia e o Zimbábue. São esses deslocamentos que movimentam o romance e apresentam a geografia de parte do norte de Moçambique, contando a sua história, não só a contemporânea, mas também a de outros tempos, como já apontamos anteriormente. Desse modo, a personagem de Leónidas funciona como um anunciador das histórias que dão continuidade ao romance. Afinal, é na sequência do “m’fiti”, revelado por ele e que ocorre em 16 de outubro de 1985, que o leitor passa a conhecer as outras personagens que habitam a região do Zumbo e o contexto da guerra civil que afeta diretamente suas vidas.

Borges Coelho (2009), ao analisar tal contexto em seu trabalho como historiador, aponta para uma relação entre o confronto inicial no pós-independência e a guerra de libertação, na medida em que a oposição passa a ser formada por dissidentes da FRELIMO e por vítimas da repressão que se refugiaram na Rodésia. Para além desse grupo, é possível identificar uma camada formada pelos portugueses saídos de Moçambique, bem como por moçambicanos que possuíam ligações com o regime colonial. Segundo Christian Geffray, em *A causa das armas* (1991), “O conjunto desta população imigrada era muito heterogêneo, mas partilhava o mesmo ódio intenso contra o comunismo” (p. 11), sistema de governo implantado no novo Estado dirigido pela Frelimo.

Fora do âmbito da guerra, já terminada, ou da divisão administrativa do partido, a FRELIMO enfrentava outro problema: compreender e organizar um vasto e complexo território, formado, aos moldes coloniais, através da junção de povos variados. Para Christian Geffray, a FRELIMO não contava com praticamente “nenhum mecanismo político ou social de ligação que lhes permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que lhes era dado governar...” (*idem*, p. 15). Diante dessa questão – também resultante de algumas falhas no

---

processo de independência e de transição de poder – a solução encontrada para o desenvolvimento do espaço rural e das suas populações, ainda segundo Geffray, foi a criação das “aldeias comunais”.

Portanto, o conflito civil instalado no pós-independência pode ser compreendido como uma combinação de fatores externos à África de um modo geral, mas que alimentava, no continente, os conflitos – a Guerra Fria, por exemplo – de outros espaços fronteiriços, como a relação entre Moçambique, Rodésia e África do Sul e, por último, os fatores internos ao território moçambicano, como algumas posturas da FRELIMO no pós-independência, principalmente aquelas adotadas e impostas ao espaço rural, espaço este que também será o mais atingido pela guerra civil.

É exatamente esse mundo rural a escolha ficcional de João Paulo Borges Coelho, e não apenas em *As duas sombras rio*. É também esse espaço seu objeto de investigação como historiador. Em seu primeiro romance, não interessa somente o espaço em si, mas principalmente como ele é habitado durante a guerra civil e os paradoxos existentes nas tentativas administrativas da FRELIMO. Para além do foco em Moçambique, interessa perceber o papel de seus vizinhos nesse processo, e como o conflito empurra o povo moçambicano para fora do país, como salienta o antropólogo José Luís Cabaço:

Em debandada pelo mato ou confinados nos campos de refugiados, as comunidades e famílias camponesas dispersaram-se. Outros buscaram a protecção dos centros urbanos e das áreas sob controle do Governo; outros ainda seguiram o movimento rebelde. A maioria atravessou as fronteiras para os países vizinhos.

(2009, p. 323)

A trajetória de algumas personagens, como Amina – “Viera fugida da sua terra[...]” (p. 21); Nganga Gomanhundo – “Gomanhundo é quase dali” (p. 30); Mama Mère – “[...] chegou ali à Feira há muitos anos vinda de longe [...]” (p. 59); Dona Flora – “mulata de Tete” (p. 66); Amoda Xavier – “[...] que saiu a muito tempo de Tete” (p. 117), que mais tarde, juntamente com a esposa Maria

---

Isabel “[...] atravessou o Zambeze para sul [...]” (p. 119); todos deslocados pelas mais diversas razões, dá mostras da própria formação da região, um local de diásporas e encontros. Como lembra o narrador, os vizinhos de Amina, assim como ela própria, não são dali: “Os vizinhos são desde há muito conhecidos. *Vieram quase todos juntos*, partilham o mesmo e desgraçado passado” (p. 40. Grifos nossos). Todavia, é com a intensificação do cenário da guerra civil, mais especificamente, dos ataques da RENAMO à região do Zumbo, que a situação fronteiriça ganhará destaque, através da fuga das personagens.

Na madrugada de 16 de outubro de 1985, ocorre o primeiro ataque àquela região, como é relatado no romance – “O Zumbo dorme e o mesmo fazem todas as aldeias, lugarejos e casas dispersas que lhe estão em redor” (p. 63). Apesar da existência de um batalhão, o Batalhão 450, designado para patrulhar a área, o ataque é inevitável: “Como uma lava de fogo que desce a encosta penetrou então um grande grupo de homens endoidecidos inundando a rua principal e espalhando-se pelos caminhos que a ela vão ter” (p. 64). O contraste entre o vermelho do fogo e o branco das cinzas demarca o limite da destruição e descreve, juntamente com o som das explosões, o primeiro palco de guerra da narrativa de Borges Coelho, no qual o prédio da administração, as casas, o posto de saúde, a escola, a loja de Dona Flora, foram explodidos pelos inomináveis invasores.

É a partir desse cenário de total desgraça que se inicia o grande movimento do romance: os deslocamentos das personagens – não o primeiro, pois como já referenciamos, a maioria das histórias destas é composta por diásporas – em direção a uma nova condição. Empurrados pelos sinais vindos do Zumbo, os moradores do Bairro Lusaka são os primeiros a perceberem o futuro lastimoso que se aproxima.

A tragédia vivenciada no Zumbo, que nesse dia “[...] interrompia uma vida de muitos séculos” (p. 68), era só o prenúncio de algo maior, como alerta o narrador. A fuga em massa da população em direção ao rio Aruângua,

---

abandonando o país na tentativa de chegar à Feira, já em território zambiano, seria o início de um novo desastre: “E se antes a tragédia se abatera sobre as imponentes casas de cimento (algumas velhas de séculos) e as humildes moradas de palha por igual, começava agora o segundo andamento do m’fiti, desta feita envolvendo o povo inteiro” (p. 67). A travessia do rio não deixava de ser uma armadilha, na qual caíram alguns daqueles que já haviam sobrevivido ao ataque inimigo. Mas, mesmo para os que conseguiram transpor aquela margem/fronteira, o novo destino, totalmente desconhecido, também seria uma espécie de “m’fiti”. Já do outro lado do rio, a vida que aguarda o povo do Zumbo não oferece quaisquer perspectiva – “[...] a Feira era agora uma grande cidade de sobreviventes atordoados vagueando sem direcção por ruas novas, desconhecidas de quase todos.” (p. 68) –, não lhes sendo possível mensurar o tamanho do conflito e as suas consequências. Logo, só resta ao povo não fazer planos e esperar.

A condição dos refugiados coloca em evidência, mais uma vez, a fragilidade da FRELIMO diante da situação vivenciada no pós-independência. A administração de um território em muito desconhecido é agravada pela eclosão da guerra, e a situação piora a cada dia com os grandes deslocamentos populacionais. Afinal, como deixa claro o narrador, os de fora, permanecendo na nova cidade, desconfigurariam e confundiriam a sua geografia, pois “não é natural que uma cidade tenha por habitantes os moradores de outra” (p. 84).

No capítulo intitulado “o desejo de partir”, a característica migratória das populações da região do Zumbo será retomada como algo que foi deixado como herança desde um tempo muito longínquo – “E partiram gerações atrás de gerações, de tal forma que a partida lhes ficou no sangue e não mais seria um povo inclinado a ficar na sua terra.” (p. 116). No entanto, no período da guerra civil, para além da migração impulsionada pelos ataques, outros motivos levavam o povo, principalmente os jovens, a tentar uma vida melhor em outro lugar, onde houvesse melhores estruturas econômicas. Em “o desejo de partir”,

---

encontramos a personagem Jonas, filho de Leónidas Ntsato, que inicialmente viaja à procura do pai, mas com o tempo passa a achar que seu futuro está mesmo longe dali e, como não nos deixa esquecer o narrador, ele “não inovava. Limitava-se a repetir o gesto de seus avós, que cem anos antes também partiam pelos mesmíssimos caminhos em busca de dinheiro para pagar o imposto colonial, e sobretudo curiosos de conhecer esse mesmo desconhecido” (p. 114).

O narrador é muito claro, ao afirmar que “um mundo que parecia não ter solução” é o fator que empurra os jovens a atravessar a fronteira de Moçambique em busca de um sonho paralisado pelas metas coletivas. Segundo Vítor Lourenço (2010, p. 99), as medidas utilizadas pela FRELIMO, a partir de 1980, para a formação das aldeias comunais, eram cada vez mais coercivas, com a finalidade de atingir o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), um “plano económico para um período de dez anos”. Ainda de acordo com Lourenço: “Em 1990, o PPI determinava que toda a população rural de Moçambique estivesse a produzir colectivamente e a viver em aldeias comunais, pressionando bastante os oficiais locais para o cumprimento deste prazo económico [...]” (*ibidem*).

Nesse contexto, em que o cumprimento de metas econômicas parecia mais importante do que as liberdades individuais, sonhadas ao longo da guerra de independência, jovens como Jonas Ntsato tinham sonhos simples, com um trabalho duro que pudesse garantir o acesso a bens materiais – “Independente de qual fosse o melhor, ambos – canaviais e minas – abriam as portas a um mundo novo de roupas coloridas, de música maravilhosa [...]” (p. 113). É evidente que o caminho escolhido por esses jovens, especialmente aquele que levava às minas da África da Sul, também não lhes trazia facilidades. No entanto, apenas a sensação de escolher o novo rumo de suas vidas abria a possibilidade de realização “[...] de muitos e desconhecidos sonhos que só se podiam sonhar a partir daí e nunca antes, nunca quando a pobreza é tal que até os sonhos resultam magros e sem cor” (*ibidem*).

A guerra civil em Moçambique, que só terminou em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz, provocou o deslocamento para fora do país de aproximadamente 16 milhões pessoas, segundo os dados do “Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados” (ACNUR). Ainda segundo este órgão, em finais da década de 80, logo o período próximo ao ficcionalizado por Borges Coelho, “cerca de 1.7 milhões de pessoas fugiram de Moçambique, formando a maior população refugiada em África e a terceira maior do mundo [...]. Distribuídos por seis países de asilo diferentes (Malawia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe)” (ACNUR-Lisboa). Lembramos aqui que estes dados são referentes apenas ao número de refugiados, ou seja, não inclui aqueles que migraram dentro do próprio território moçambicano.

O romance de Borges Coelho deixa evidente, através dos deslocamentos constantes das personagens, variadas falhas nos projetos implementados pela FRELIMO. A distopia diante da independência aparece em diversos momentos da obra, seja através do soldado que foge e esconde o seu passado para levar uma nova vida, ou quando o ficcionista mostra o descontentamento dos jovens, que assim como Jonas, vão procurar melhores condições em outros lugares, tal como seus antepassados faziam no período colonial, ou ainda, quando ele representa o envolvimento da população pobre de Panhame com os invasores, uma tentativa de sobrevivência diante de promessas simples, como alimentação e roupas.

Em cada diáspora é possível visualizar um “m’fiti” que se desdobra. Se no tempo do colonizador, mesmo na fuga, previa-se o retorno, que seria possível graças ao movimento de libertação, agora, com o país independente, mas não de todo livre, o combate pela liberdade não projeta um futuro melhor. O que era possível suportar, tendo em mente que tempos melhores estavam por vir, transformou-se em um lamento contínuo, pois as atitudes, antes justificáveis, hoje parecem vãs:

As coisas são hoje muito diferentes, não se combate como se combatia. Antes a dor era atenuada pelas ideias, pela visão clarividente do futuro. Matar libertava porque significava um passo em frente. Hoje, pelo contrário, o cheiro doce do sangue agarra-se às mãos, incomoda o sono. Antes, até fugir era positivo porque se fugia já com o regresso em mente.

(p. 175-176)

O desejo do regresso permanece e está evidente na maioria das personagens. No entanto, as esperanças são menores diante do cenário que se apresenta. A conclusão do narrador sobre as diferenças entre as duas guerras que marcaram a história contemporânea de Moçambique faz-nos lembrar Frantz Fanon, em *Os condenados da Terra* (1968), e a sua defesa da necessária violência do colonizado para combater o colonizador. Na guerra de independência “matar libertava”, mas, afinal, o futuro não trouxe a liberdade sonhada como indica o texto romanesco, quando deixa claro que: “Parece que conquistamos a independência para depois a oferecer a um qualquer que passa. [...] A independência é dobrarmos a espinha a tudo o que vem de cima e carregar o pé em tudo o que está em baixo” (p. 207). Como ressalta José Luís Cabaço,

Com a independência, o fim da tensão vital criada pela luta armada, bem como da disciplina militar que condicionava comportamentos e vivências, reduziria, de forma inquestionável, os vectores centrípetos. O autoritarismo com que se procurou substituí-los acendeu, por reacção, dinâmicas de resistência, antigas e novas.

(CABAÇO, 2009, p. 320)

Logo, independência não é o mesmo que liberdade, e as variadas negociações que envolveram as criações dos novos Estados africanos, como Moçambique, os interesses, internos e externos, deixaram como herança o paradoxo entre a proposta de um país para o povo e a realidade de métodos autoritários. As diásporas encontradas em *As duas sombras do rio* são um exemplo claro desse processo disfórico, no qual ser livre significa ser obrigado a abandonar suas raízes, dobrando o povo moçambicano ‘a espinha a tudo o que vem de cima’ e carregando “o pé em tudo o que está em baixo”.

Por fim, o confronto interno de Leónidas Ntsato é visto por Gomanhundo, para além daquele vivido pelo pescador, metonímia de um

processo que abrange a necessidade de definições sobre a nova nação. Assim, o problema não é apenas de Ntsato, mas de uma estrutura que levou a diversos enfrentamentos, não só entre os mesmos, mas também a revisionismos de tradições conhecidas, como já citamos anteriormente, quanto ao caso da proibição de algumas práticas religiosas. A figura do narrador, por sua vez, continuará a relativizar a divisão entre o norte e o sul, lembrando o papel que cada um pode exercer para o crescimento do país, ao realçar a importância tanto do fogo quanto da água para uma renovação, um recomeço. Nesse sentido, ressalta a imagem da ilha de Cacessemo, onde Leónidas Ntsato foi encontrado no início do romance. A pequena ilha, situada no meio do rio Zambeze, parece ter escolhido o ponto de equilíbrio entre o norte e o sul, mostrando que é possível conviver entre os dois espaços.

O cenário do rio Zambeze, onde “[...] gerações e gerações de antepassados se despediram desta vida e penetraram nas brumas do além amarrados uns aos outros [...]” (*ibidem*), revive, no pós-independência, quando o passado retorna com o presente da triste realidade daqueles que se “afogam” numa tentativa de fuga dos horrores da guerra civil. Leónidas Ntsato que, mesmo com sua aparente condição de “doente” e/ou “louco”, sobreviveu ao “m’fiti”, parecendo sempre invisível aos olhos dos invasores, segue o mesmo caminho daqueles que “muitos juntos nos porões escuros dos barcos”, onde “ficava pouco espaço para os seus medos e terrores” (*ibidem*), foram levados pelas águas do Zambeze. Aos restantes moradores da região, o contínuo trânsito é a condição da liberdade.

#### REFERÊNCIAS:

- BORGES COELHO, João Paulo. *As duas sombras do rio*. Lisboa: Caminho, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique / Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1989.

\_\_\_\_\_. *Entrevista*. Em agosto de 2006. Disponível em: [macua.blogs.com/mocambique\\_para\\_todos/files/joo\\_paulo\\_borges\\_coelho\\_entrevista.doc](http://macua.blogs.com/mocambique_para_todos/files/joo_paulo_borges_coelho_entrevista.doc) (Acesso em maio de 2007)

\_\_\_\_\_. *É através de Moçambique que eu vejo o mundo*. Em abril de 2006a. Disponível em: [macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/files/joo\\_paulo\\_borges\\_coelho.doc](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/joo_paulo_borges_coelho.doc) (Acesso em maio de 2007)

\_\_\_\_\_. “Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colônias Portuguesas”, in *Lusotopie: Violences et Controle de la Violence au Bresil, en Afrique ET a Goa*, Paris: Karthala, 2003, p. 175-193.

\_\_\_\_\_. “A «Literatura Quantitativa» e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992). In: RODRIGUES, Cristina Udelsmann;

COSTA, Ana Bénard da. *Pobreza e Paz nos PALOP*, Lisboa: Sextante Editora, 2009.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GEFFRAY, Christian. *A causa das armas*. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Tradução: Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. *Moçambique: memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje*. Lisboa: Gerpress, 2010.

**Texto recebido em 23 de março de 2013 e aprovado em 10 de abril de 2013.**